

# **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

## **CONCURSO INTERNO**

**Curso de Habilitação de Oficiais  
Policiais Militares de Administração,  
Especialistas e Músicos  
(CHOAEM – 2000/2001)**

**CADERNO DE PROVAS**  
**(Aplicação: 11/2/2001)**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.**



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)**  
**CONCURSO INTERNO**  
**CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DE**  
**ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALISTAS E MÚSICOS (CHOAEM – 2000/2001)**  
(Aplicação: 11/2/2001)

## INSTRUÇÕES

- 1 Este CADERNO consta de **quarenta e cinco** questões objetivas, assim distribuídas: **dez** questões de **Língua Portuguesa**, **cinco** questões de **Matemática**, **dez** questões de **Conhecimentos Gerais** e **vinte** questões de **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – PMDF, de 22/12/2000.
- 4 Não é permitida a consulta/utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital (conforme consta no Edital n.º 1/2000 – PMDF, de 22/12/2000) — e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na FOLHA DE RASCUNHO ou na FOLHA DE RESPOSTAS poderá implicar a anulação das provas do candidato.

## AGENDA

- I **12/2/2001** – divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas nos quadros de avisos do CESPE/UnB (em Brasília) e na Internet, no endereço eletrônico **www.cespe.unb.br**.
- II **13 a 15/2/2001** – recebimento de recursos das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento, CESPE/UnB, em Brasília.
- III **6/3/2001** – data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais citados no item I, do resultado final das provas objetivas da primeira etapa.

### Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **12 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2000 – PMDF, de 22/12/2000.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e a PMDF informarão resultado por telefone.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)**  
**CONCURSO INTERNO**  
**CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DE**  
**ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALISTAS E MÚSICOS (CHOAEM – 2000/2001)**  
**(Aplicação: 11/2/2001)**

Nas questões de 1 a 45, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A indicação da coluna **SR** na Folha de Respostas não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto LP-I – questões de 1 a 5

1 Poder de polícia é a competência institucional que a  
administração pública tem para impor restrições a certas atividades  
privadas e obrigar, ou proibir, determinadas formas de utilização das  
4 coisas, tendo em vista o bem comum. Consiste em uma limitação do  
exercício da liberdade e da propriedade dos indivíduos para que, no uso  
7 delas, os membros da coletividade se mantenham ajustados a padrões  
compatíveis com os objetivos sociais. O poder de polícia se manifesta  
sob a forma de permissões, proibições ou determinações que partem da  
autoridade do Estado. No primeiro caso, autoriza atividades ou usos;  
10 no segundo, veda práticas perigosas ou nocivas; no terceiro, torna  
obrigatórios procedimentos ou usos. Em relação a seus efeitos, o poder  
de polícia tem caráter preventivo, repressivo ou ambos  
13 simultaneamente. Isso significa que, ao impor restrições sobre coisas  
e pessoas, a administração pública cria condições mais favoráveis para  
o bem comum ou as restabelece de imediato, se as determinações ou  
16 proibições não forem atendidas. Quanto a seu campo de atuação, o  
poder de polícia se exerce nos setores da liberdade, propriedade, bem-  
estar social e assuntos econômicos. As atribuições da polícia variam de  
19 país para país. Embora a tendência da organização policial seja a  
centralização, é muito freqüente a existência de departamentos com  
atribuições específicas: polícia urbana ou municipal, polícia militar,  
22 serviços secretos, órgãos de investigação criminal, polícia judiciária  
etc. Em certas instâncias, a polícia exerce atribuições de vigilância em  
assuntos regulados por disposições administrativas, não simplesmente  
25 criminais, como o controle de veículos, de imigração, autorização para  
dirigir veículos, abertura e vigilância de locais freqüentados pelo  
público, controle de caça e pesca e controle de alfândegas, entre outros.  
28 A legitimidade do poder de polícia é reconhecida até mesmo pelas  
doutrinas políticas mais liberais. Entretanto, como as leis muitas vezes  
incluem termos vagos ou ambíguos, é preciso reconhecer certo poder  
31 discricionário da polícia, que consiste na faculdade de tomar decisões  
que não são estritamente regidas por normas legais, que incluem  
elementos de interpretação pessoal. O poder discricionário implica  
34 sérios problemas para a sociedade: desigualdade de tratamento,  
desrespeito a liberdades garantidas por lei, abusos no exercício do  
serviço público e prática de excessos que ultrapassam os limites da  
37 legalidade, como, por exemplo, no controle de identidade, nos  
interrogatórios, escuta telefônica ilegal etc. Entre os instrumentos  
utilizados para limitar o exercício do poder policial estão os controles  
40 interno e externo da polícia. O controle interno da polícia se exerce  
pela obediência ao Poder Executivo municipal, estadual ou federal, ao  
qual está subordinada, e por ação de comitês disciplinares encarregados  
43 de fiscalizar e sancionar a conduta dos funcionários policiais. O  
controle externo é praticado pelos Poderes Legislativo e Judiciário e  
pela ação popular. As leis estabelecidas pelo legislador determinam as  
46 condições e limitações da ação policial; enquanto os juízes controlam  
o trabalho da polícia, por exemplo, quando rejeitam a validade de  
provas obtidas de forma ilegal, o que obriga a polícia a atuar de acordo  
49 com a lei. O cidadão pode recorrer a diversas instâncias, especialmente  
a organizações de defesa dos direitos humanos, para denunciar e coibir  
excessos policiais. Existem também organizações internacionais que  
52 estabelecem códigos de conduta ou declarações de direitos a que os  
Estados aderem livremente.

Encyclopaedia Britannica do Brasil (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Assinale a opção correta com relação às idéias do texto LP-I.

- (A) O poder policial é o assunto principal abordado, em linguagem essencialmente denotativa, utilizando um registro formal.
- (B) A essência do texto é o controle exercido sobre a polícia pelo Poder Legislativo e as sanções a que estão sujeitos os funcionários policiais.
- (C) O texto argumenta a respeito dos excessos policiais que costumeiramente ultrapassam os limites da legalidade, acarretando registros e sanções funcionais.
- (D) Discorrendo a respeito das atribuições e das formas de organização internacional da polícia em vários países, o texto tem por base a realidade brasileira.
- (E) O texto discute o poder discricionário da polícia que consiste na faculdade de tomar decisões regidas por normas legais, em ordem direta.

### QUESTÃO 2

Apesar de os desdobramentos de um tema permitirem dividir um texto em parágrafos, o texto LP-I está disposto na forma de um bloco único, contemplando várias idéias. Considerando, então, a possibilidade de dividi-lo em parágrafos, segundo as idéias nele desenvolvidas, assinale a opção **incorreta** quanto à caracterização dos parágrafos.

- (A) É correta a delimitação do parágrafo introdutório a partir de “Poder de polícia” (l.1) até “sociais” (l.7), apresentando o poder policial.
- (B) O trecho a partir de “O poder de polícia” (l.7) até “econômicos” (l.18) apresenta formas, campos de atuação e efeitos da ação policial, podendo constituir um segundo parágrafo.
- (C) A partir de “As atribuições da polícia” (l.18) até “outros” (l.27), são referidas algumas modalidades de organização e atribuições de policiais.
- (D) O trecho “A legitimidade do poder de polícia” (l.28) pode dar início a um parágrafo, que trata também do exercício do poder discricionário e suas implicações para a sociedade.
- (E) O parágrafo conclusivo deve-se iniciar em “As leis estabelecidas” (l.45), destacando a ação policial frente aos direitos e deveres humanos.

**QUESTÃO 3**

De acordo com o texto LP-I,

- I na grande maioria dos países, a prática policial tem caráter persuasivo, preventivo e repressivo, mas os efeitos do abuso do poder podem ser catastróficos.
- II há dois tipos de controle da ação policial: o interno, que é exercido pelo Poder Executivo ao qual está subordinada a polícia, e o externo, que é de responsabilidade exclusiva dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- III a polícia exerce atribuições de vigilância em assuntos regulados também por disposições criminais, tais como o controle de veículos, de imigração, de alfândegas, entre outros.
- IV o poder discricionário sofrido por policiais provoca danos à sociedade tais como desrespeito a liberdades garantidas por lei, abusos no exercício do cargo e prática de excessos ilegais.
- V tanto cidadãos podem recorrer a organismos para coibir excessos, quanto organizações em defesa dos direitos humanos podem denunciar condutas policiais.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.      (B) 2.      (C) 3.      (D) 4.      (E) 5.

**QUESTÃO 4**

Com referência aos elementos coesivos do texto LP-I, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Na linha 5, a expressão “para que”, apresentando uma circunstância final, pode ser substituída por **a fim de que**.
- (B) Na linha 13, a construção “ao impor” corresponde a uma circunstância temporal equivalente a **quando impõe**.
- (C) Na linha 25, o termo “como” tem valor conformativo, podendo ser substituído por **conforme** e, na linha 29, “como”, por ser comparativo, refere-se a **tal qual**.
- (D) Na linha 29, a circunstância adversativa é marcada pelo vocábulo “Entretanto”, que pode ser trocado, sem prejuízo do sentido, por **Todavia**.
- (E) Na linha 47, a palavra “quando”, por ser uma conjunção com valor temporal, expressa tal circunstância mas não pode ser substituída no contexto por **enquanto** nem por **sempre**.

**QUESTÃO 5**

Assinale a opção em que as transformações de pronominalização, sugeridas em negrito, dos termos sublinhados nas passagens do texto LP-I, estão corretas.

- (A) “No primeiro caso, autoriza atividades ou usos; no segundo, veda práticas perigosas ou nocivas; no terceiro, torna obrigatórios procedimentos ou usos” => **No primeiro caso, autoriza-lhes; no segundo, veda-as; no terceiro, torna-os obrigatórios.**
- (B) “a administração pública cria condições mais favoráveis para o bem comum ou as restabelece de imediato” => **a administração pública cria as mais favoráveis para o bem comum ou restabelece elas de imediato.**
- (C) “as leis muitas vezes incluem termos vagos ou ambíguos, é preciso reconhecer certo poder discricionário da polícia” => **as leis muitas vezes incluem-os, é preciso reconhecê-los.**
- (D) “As leis estabelecidas pelo legislador determinam as condições e limitações da ação policial; enquanto os juízes controlam o trabalho da polícia” => **As leis estabelecidas pelo legislador as determinam; enquanto os juízes o controlam.**
- (E) “O cidadão pode recorrer a diversas instâncias, (...) para denunciar e coibir excessos policiais” => **O cidadão pode-lhes recorrer, (...) para denunciá-los e coibí-los.**

**QUESTÃO 6**

Nos itens a seguir, julgue se são pertinentes as associações entre a área de conhecimento humano, em negrito, e as concepções de poder que a seguem.

- I **Filosofia** — Capacidade, em regimes democráticos derivada de mandato conquistado nas urnas, de agir e fazer outros agirem por meio do uso do aparelho legal e burocrático do Estado.
- II **Medicina** — Competência institucional da administração pública para impor restrições a certas atividades privadas, e obrigar ou proibir certas formas de utilizar as coisas com vistas ao bem comum.
- III **Política** — Capacidade que um indivíduo ou grupo organizado tem de exercer controle imperativo sobre a população de um território ou Estado e de atuar no plano internacional em nome desse Estado.
- IV **Direito** — Faculdade, força, aptidão legal ou autoridade que uma pessoa ou entidade tem para praticar um ato jurídico.
- V **Economia** — Tipo de dominação que, exercida por pessoas ou grupos em consequência da posse de grandes recursos financeiros, pode-se manifestar na sociedade, no mercado ou no plano internacional.

Itens adaptados de *Encyclopaedia Britannica do Brasil*.

Estão certos apenas os itens

- (A) I, II e III.      (C) I, III e IV.      (E) III, IV e V.  
(B) I, II e V.      (D) II, IV e V.



**QUESTÃO 9****Liberdade**

O desejo de liberdade é um sentimento profundamente arraigado no ser humano. Situações como a escolha da profissão, o casamento e o compromisso político fazem o homem enfrentar a si mesmo e exigem dele uma decisão responsável quanto a seu próprio futuro.

De forma geral, a palavra **liberdade** significa a condição de um indivíduo não ser submetido ao domínio de outro e, por isso mesmo, de ter poder sobre si mesmo e sobre seus atos. A capacidade de raciocinar e de valorizar de forma inteligente o mundo que o rodeia é o que confere ao homem o sentido da liberdade, entendida como expressão da vontade humana. Teorias filosóficas e políticas de todos os tempos tentaram definir liberdade quanto a determinações de tipo biológico, psicológico, econômico, social etc. As concepções sobre essas determinações nas diversas culturas e épocas históricas tornam difícil definir com precisão a idéia de liberdade.

Do ponto de vista legal, o indivíduo é livre quando a sociedade não lhe impõe nenhum limite injusto, desnecessário ou absurdo. A sociedade também deve proteger seus direitos, isto é, suas liberdades, poderes e privilégios básicos. Uma sociedade livre dá condições para que seus membros desfrutem, igualmente, da mesma liberdade. Em 1948, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que engloba os direitos e liberdade que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que devam ser os objetivos de todas as nações.

*Encyclopaedia Britannica do Brasil (com adaptações).*

Assinale a opção que, além de correta quanto à concordância e à regência, mantém as idéias originais do texto acima.

- (A) Justiça e liberdade são desejos e sentimentos profundamente arraigado no ser humano. Certas situações, como a escolha profissional, o casamento e o compromisso político, levam o homem à tomada de uma decisão responsável quanto a seu próprio futuro.
- (B) Liberdade significa, de forma geral, uma condição individual para que não haja submissão ao domínio de outro e, por isso mesmo, de ter poder sobre si mesma e sobre seus atos. Este sentido de liberdade, expressão da vontade humana, decorre da capacidade do homem raciocinar e de valorizar de forma inteligente o mundo que o rodeia.
- (C) A palavra liberdade sofreu tentativas de definição por parte de teorias filosóficas e políticas de todos os tempos, quanto às determinações de tipo biológico, psicológico, econômico, social etc. Mas as divergências nas concepções acerca da idéia de liberdade, nas diversas culturas e épocas históricas, tornam difícil definir com precisão esse termo.
- (D) Legalmente, quando a sociedade não o impõe nenhum limite injusto, desnecessária ou absurda, a pessoa é livre; socialmente, também devem existir proteção a seus direitos, isto é, seus poderes, privilégios e liberdades básicas.
- (E) Desde 1948, a ONU adotou a DUDH, que a AGNU considera que são os objetivos, os direitos e a liberdade de todas as nações.

**QUESTÃO 10**

Com relação aos aspectos gramaticais da língua portuguesa, assinale a opção correta.

- (A) A liberdade manifesta-se à consciência na forma de uma certeza primária que, perpassando toda a existência, especialmente nos momentos em que deve-se tomar decisões importantes, o indivíduo sente que pode-se comprometer sua vida.
- (B) O consenso universal reconhece — na liberdade — a responsabilidade do indivíduo sob suas ações em circunstâncias normais, e em razão, disso o premeia por seus méritos e o castiga por seus erros.
- (C) Considerar que alguém não é responsável por seus atos implica em diminuí-lo em suas faculdades humanas uma vez que, só aquele que desfruta plenamente com sua liberdade tem reconhecida sua dignidade.
- (D) O homem tende a exercer a liberdade em todas as ações externas; quando essas são cerceadas, frustram-se o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo e desprezam-se seus direitos e sua dignidade.
- (E) Apesar de toda violência externa as pessoas são muitas vezes capazes de manter a liberdade de arbítrio perante à seus atos internos: pensamentos, desejos, amor, ódio, consentimento ou recusa; preservando assim sua integridade e dignidade.

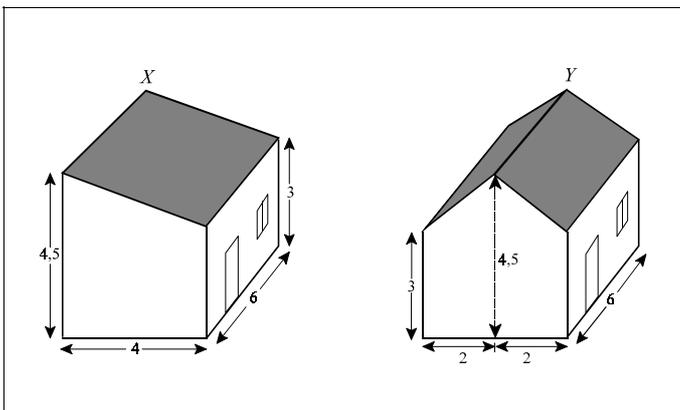
**MATEMÁTICA****QUESTÃO 11**

Em um local de desmancho de uma quadrilha de assaltantes de veículos, a polícia encontrou desmontados, entre motos e carros, com dois e quatro pneus respectivamente, um total de 37 veículos, perfazendo um montante de 134 pneus. A partir das anotações da quadrilha, a polícia descobriu que apenas 40% dos carros possuíam pneu de estepe. Nessa situação, a diferença entre o número de carros e o de motos é igual a

- (A) 7.                      (B) 11.                      (C) 13.                      (D) 17.                      (E) 19.

**RASCUNHO**

Em um quartel de polícia, edificaram-se, empregando o mesmo tipo de material, paióis de modelos  $X$  e  $Y$ , com formatos diferentes. O paiol  $X$  tem a forma de um prisma quadrangular e o paiol  $Y$  tem a forma de um prisma pentagonal, conforme ilustra a figura abaixo, em que também estão indicadas, em metros, as dimensões de cada paiol. Sabe-se ainda que tanto as portas quanto as janelas desses paióis têm as mesmas medidas.



Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- I Os dois paióis têm o mesmo volume interno, que é igual a  $80 \text{ m}^3$ .
- II A área total do telhado do paiol  $X$  é menor que a do paiol  $Y$ .
- III A área total das paredes do paiol  $X$  é igual à área total das paredes do paiol  $Y$ .

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas um item está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 13**

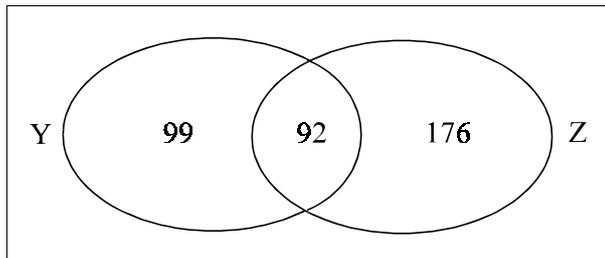
Em uma cidade, três quadrilhas, X, Y e Z, detinham o controle do tráfego de drogas. Por meio de investigações e denúncias anônimas, a polícia conseguiu reunir as informações a seguir:

- 30 pessoas compravam drogas das três quadrilhas;
- 25 pessoas compravam drogas somente das quadrilhas X e Y, 50 compravam somente das quadrilhas Y e Z, e 60, somente de X e Z;
- 144 pessoas compravam drogas apenas da quadrilha X, 80 pessoas compravam apenas da quadrilha Z, e 50, apenas da quadrilha Y.

Após uma série de operações, a polícia conseguiu acabar com o ponto de vendas da quadrilha X. As pessoas que compravam drogas de X e de outras quadrilhas, passaram a comprar somente das outras quadrilhas. Das pessoas que compravam drogas exclusivamente de X, metade foi presa e, das pessoas que não foram presas, um terço passou a comprar somente de Y, metade passou a comprar somente de Z e as demais passaram a comprar de Y e de Z.

Com base na situação apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Antes da intervenção da polícia, mais de 260 pessoas compravam drogas da quadrilha X.
- Ⓑ Mais de 80 das pessoas que compravam drogas da quadrilha X foram presas.
- Ⓒ Após a ação da polícia, menos de 20 pessoas que compravam drogas apenas de X passaram a comprar apenas de Y.
- Ⓓ Após a ação da polícia, as quadrilhas Y e Z ganharam mais de 100 novos fregueses.
- Ⓔ O diagrama abaixo representa corretamente a distribuição da freguesia das quadrilhas Y e Z após a ação da polícia.

**QUESTÃO 14**

Julgue os itens a seguir.

- I Se  $M$  é o mínimo múltiplo comum e  $D$  é o máximo divisor comum dos números 315 e 84, então  $\frac{M}{D} = 60$ .
- II Se as medidas dos lados de um triângulo qualquer estão em progressão geométrica estritamente crescente de razão  $q$ , então  $1 < q < \frac{1 + \sqrt{5}}{2}$ .
- III Um professor escreveu uma equação do segundo grau no quadro-negro e pediu aos seus alunos que encontrassem as raízes da referida equação. Um aluno copiou erradamente o termo constante da equação dada e a resolveu corretamente, obtendo as raízes 2 e 5. Outro aluno copiou erradamente o coeficiente do termo do 1.º grau e, ao resolver corretamente a equação, encontrou as raízes  $-6$  e  $-2$ . Então as raízes da equação inicial proposta pelo professor são 3 e 4.
- IV A expressão  $\sqrt{|x+2|} - 2 + \sqrt{2 - |x+2|}$  está definida apenas para  $x = 0$ .

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 0.      Ⓑ 1.      Ⓒ 2.      Ⓓ 3.      Ⓔ 4.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 15**

Para controlar o condicionamento físico dos militares sob seu comando, o comandante de um quartel de polícia ordenou o cadastramento do peso e da altura de todo o contingente da sua unidade. Objetivando que essa averiguação fosse feita de forma impessoal, foi idealizado um sistema de codificação em que, a cada militar, é associado um par  $(m, n)$  de números naturais, ambos maiores ou iguais a 1, por ordem de chegada ao setor de cadastramento, da seguinte maneira:

ordem de chegada	código
1	(1, 1)
2	(2, 1)
3	(1, 2)
4	(3, 1)
5	(2, 2)
6	(1, 3)

e assim por diante, ou seja, ao primeiro que chegar atribui-se o único par  $(m, n)$ , tal que  $m + n = 2$ ; aos dois próximos, atribuem-se os pares  $(m, n)$ , tal que  $m + n = 3$ , começando com o maior  $m$  possível, até atingir  $m = 1$ ; aos três próximos, atribuem-se os pares  $(m, n)$ , tal que  $m + n = 4$ , começando com o maior  $m$  possível, até atingir  $m = 1$ , e assim sucessivamente. Com esse sistema de codificação, o par  $(9, 8)$  será atribuído ao militar cuja ordem de chegada ao setor de cadastramento corresponderá ao número

- (A) 116.                      (C) 144.                      (E) 162.  
 (B) 128.                      (D) 150.

**RASCUNHO****CONHECIMENTOS GERAIS****QUESTÃO 16**

Recentemente, o governo brasileiro — em atitude inédita — formalizou a indicação de uma instituição brasileira, a Pastoral da Criança, ao Prêmio Nobel da Paz de 2001. A respeito dessa organização e de sua atuação em todas as regiões brasileiras, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Dirigida por Zilda Arns, a Pastoral notabilizou-se pelo trabalho que desenvolve em comunidades carentes, espalhadas por todos os estados brasileiros.  
 (B) Criando formas alternativas de alimentação, a Pastoral tem salvado a vida de milhares de crianças, as quais acompanha nos primeiros seis anos de vida.  
 (C) Por saber que os cuidados com as crianças precedem ao nascimento, a Pastoral também atende a milhares de gestantes carentes.  
 (D) Para obter bons resultados, a Pastoral optou por não trabalhar com voluntários; assim, somente profissionais atuam em seus programas.  
 (E) Utilizando também recursos públicos em seus programas, a Pastoral chama a atenção pela racionalidade de seus gastos, ampliando o caráter positivo da relação custo-benefício.

**QUESTÃO 17**

Recentes episódios envolvendo a prisão de personalidades levantaram a discussão em torno da **prisão especial**, que confere ao preso, nessa condição, entre outros, o direito de

- (A) permanecer na cela apenas no período noturno, podendo exercer livremente suas atividades durante o dia.  
 (B) receber visitas de parentes e amigos a qualquer momento, independentemente de um horário previamente fixado.  
 (C) ter atendimento médico particular, além de não ficar submetido à alimentação fornecida pelo presídio.  
 (D) contar com a assistência de advogados, desde que tenham sido aprovados pela direção do estabelecimento penal, em dias e horários fixados por ela.  
 (E) enviar e receber correspondência, uma vez por semana, desde que sujeita à fiscalização policial.

**QUESTÃO 18**

As últimas eleições norte-americanas chamaram a atenção do país e do mundo muito mais pelo inusitado — sobretudo a confusão do processo de apuração dos votos — que propriamente pelos candidatos e suas plataformas eleitorais. Tais eleições evidenciaram

- (A) o grande prestígio do presidente Bill Clinton, que, após dois mandatos consecutivos, conseguiu eleger o candidato de seu partido, a quem apoiou vigorosamente.  
 (B) que, no sistema eleitoral norte-americano, nem sempre o candidato com maior número de votos populares no país vence no colégio eleitoral, que, em última análise, define o vitorioso.  
 (C) que Al Gore, candidato do Partido Republicano, sem qualquer tradição política e experiência administrativa, elegeu-se presidente graças ao unânime apoio da grande imprensa dos Estados Unidos da América.  
 (D) que, ao sair da Casa Branca, Clinton viu-se derrotado em duas frentes: os processos contra ele foram reabertos e sua esposa não conseguiu eleger-se senadora pelo estado de Nova Iorque.  
 (E) que a derrota de George W. Bush é creditada, entre outras razões, aos efeitos — que os eleitores demonstraram ter sentido — da desastrosa passagem de seu pai pela presidência de seu país.

**QUESTÃO 19**

Quem governa um estado poderoso como São Paulo normalmente ganha grande projeção em todo o país. O governador Mário Covas, nos últimos tempos, tem sido muito focalizado pela mídia e notícias a seu respeito são veiculadas, em escala nacional, praticamente todos os dias. A exposição pública desse político paulista, atualmente, deve-se ao fato de

- (A) ele ter-se desfilado do PSDB, partido pelo qual foi duas vezes eleito governador, para unir-se ao seu antigo adversário político Paulo Maluf e assumir a liderança oposicionista ao governo federal.
- (B) ele ter, nas últimas eleições municipais, comprometido-se publicamente a renunciar ao governo estadual caso a candidata do PT, Marta Suplicy, vencesse as eleições na capital paulista e não ter honrado a sua promessa.
- (C) ele ter tido o seu nome seriamente comprometido durante as investigações da CPI do Futebol, que comprovaram a sua participação — e de familiares próximos — no esquema de transferência fraudulenta de atletas para o exterior.
- (D) ele, não tendo conseguido sanear as finanças estaduais, renunciar ao cargo de governador, decisão essa que, tendo sido rechaçada pela Assembléia Legislativa, criou em São Paulo um impasse institucional.
- (E) seu estado de saúde ter-se debilitado visivelmente com a reincidência do câncer, o que sensibilizou boa parte da opinião pública, sobretudo pelo esforço do governador em não se render à doença.

**QUESTÃO 20**

Medicamentos genéricos, em alguns casos até 67% mais baratos, estão avançando no mercado e, em menos de um ano, alguns já vendem até 40% mais que os de marca. É o caso do maleato de enalapril e do captopril que, em setembro, superaram em 60% e 50% as vendas dos anti-hipertensivos de marca renitec e capoten. O antibiótico cefalexina bateu o tradicional keflex em 40%, e o cloridrato de ranitidina vendeu, de fevereiro a setembro, 20 mil unidades mais que o antak, tradicional remédio de combate a úlcera.

*Jornal do Brasil, 21/1/2001 (com adaptações).*

Com auxílio das informações contidas no texto acima, assinale a opção correta.

- (A) Os números apresentados no texto demonstram que o consumidor brasileiro está assimilando bem os genéricos, inclusive pela sensível diferença de preço que apresentam em relação aos remédios de marca.
- (B) A partir do momento que os genéricos passaram a ser fabricados no Brasil, não houve mais necessidade de o governo tomar medidas para controlar os preços dos medicamentos.
- (C) Conforme ilustra o texto, a resistência da população ao uso de genéricos é mais nítida em relação aos remédios de uso regular, como os utilizados no controle da pressão arterial.
- (D) Atualmente, a inexistência de antibióticos genéricos deve-se à pressão exercida pelos grandes laboratórios, que temem perda de mercado.
- (E) Pelos dados apresentados no texto, pode-se afirmar que os genéricos já conquistaram mais da metade do mercado de remédios no Brasil.

**QUESTÃO 21**

Vivemos na era do entretenimento, da mídia, do tempo real, do reinado das pesquisas de opinião e do *marketing*, ingredientes do que se batizou de sociedade da informação. Diluem-se as linhas que separam o entretenimento da notícia. O tempo real faz do presente uma força devoradora da noção de perspectiva de futuro e aprendizado do passado. É a ditadura do hoje, do agora.

*Gilberto Dimenstein. "Cotidiano". In: Folha de S. Paulo, 21/1/2001 (com adaptações).*

Acerca do tema tratado no texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- (A) A expressão “sociedade da informação” foi utilizada para identificar a civilização contemporânea, principalmente, formada pelas populações dos países desenvolvidos e de outros tecnologicamente equipados.
- (B) Na sociedade da informação, mencionada no texto, a notícia assume importância capital, não se confundindo com espetáculos e *shows*.
- (C) Infere-se do texto que a dimensão histórica está sendo perdida, com o passado deixando de exercer sua função pedagógica.
- (D) Quando o autor fala que “Vivemos na era (...) da mídia”, ele está ressaltando a força dos meios de comunicação de massa na atualidade.
- (E) Segundo o texto, a submissão à “ditadura do hoje” implica a perda da noção do amanhã, do que pode vir a ser.

**QUESTÃO 22**

Documento de mais de mil páginas, recentemente divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança de Clima, ligado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), alerta para o fato de que a atmosfera está esquentando mais rápido do que se pensava, cujos resultados poderão ser catastróficos para a humanidade. A propósito desse tema, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Um dos pontos positivos da elevação da temperatura global é a tendência à redução de fenômenos climáticos como *El Niño*, minimizando a quantidade de catástrofes naturais decorrentes da passagem brusca de um período de secas brutais para grandes inundações.
- (B) Ondas de calor tendem a aumentar a incidência de doenças como dengue e malária.
- (C) O aumento do nível do mar poderá desalojar milhares de pessoas que vivem em áreas de deltas.
- (D) Uma das principais causas do aquecimento global é a emissão de gases, resultado da geração e uso de energia, especialmente pela queima de carvão em grande quantidade.
- (E) Sabe-se que no século XX as temperaturas aumentaram de forma considerável, particularmente nos anos noventa, fato que se explica em larga medida pela ação humana.

**QUESTÃO 23**

Na virada do milênio, a população da Terra que mora nos grandes centros urbanos é a maior da História. Há cinquenta anos, duas em cada três pessoas no mundo viviam no campo. Em dois anos, haverá mais gente na cidade que no campo. O mundo está-se tornando um planeta de multidões.

Veja (ed. especial) 1.681, ano 33, n.º 52, 27/12/2000, p. 170.

Relativamente ao movimento da população mundial e brasileira nos tempos atuais, e com o auxílio das informações contidas no texto, julgue os itens seguintes.

- I O censo da população brasileira, divulgado pelo IBGE em janeiro de 2001, revelou um número em torno de 170 milhões de habitantes, além de um acentuado processo de urbanização do país.
- II Acompanhando uma tendência universal, a população urbana no Brasil situa-se, hoje, em torno dos 80%, um dos índices mais elevados do mundo.
- III Pelo que informa o texto, pode-se concluir que a tendência, em curtíssimo espaço de tempo, é a de que a população que vive nas áreas rurais suplante a urbana.
- IV Segundo os estudiosos, é impossível creditar ao aumento acentuado da população dos grandes centros urbanos o agravamento de problemas de trânsito, violência e de abastecimento de água nessas regiões.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.      (B) 1.      (C) 2.      (D) 3.      (E) 4.

**QUESTÃO 24**

O termo **globalização**, largamente utilizado atualmente, designa a maneira pela qual se dá a mundialização da economia contemporânea, tendo por suporte uma verdadeira revolução tecnológica, que facilita a rápida circulação de informações, capitais, mercadorias e pessoas. Para alguns analistas, ela simboliza o triunfo da economia de mercado porque as tentativas com outros sistemas econômicos fracassaram. Há quem se preocupe, também, com a devastação cultural que a globalização pode acarretar: nesse caso, na ânsia de se tornarem globais, países poderão perder sua identidade histórica e cultural. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- I A globalização vem eliminando as fronteiras nacionais, tal como ocorre atualmente na União Européia: ninguém mais sabe onde começa ou onde termina o território de um país.
- II A rápida circulação de pessoas, mencionada acima, significa que foram eliminadas as barreiras que impediam as correntes migratórias de milhares de trabalhadores das áreas mais pobres em direção aos países economicamente mais sólidos; nestes, os imigrantes passaram a ser vistos como indispensáveis ao incremento da produção e, por isso, são bem-vindos.
- III Ao associar a globalização ao triunfo da economia de mercado, salienta-se o domínio mundial que, nos dias de hoje, o capitalismo vem exercendo.
- IV O temor de perda da identidade cultural não procede: apesar da globalização, nenhum idioma tende, atualmente, a ser utilizado em larga escala, assim como nenhuma indústria cultural tem-se mostrado em condições de exercer uma espécie de hegemonia mundial.
- V O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o desmoronamento das repúblicas populares do Leste europeu, que marcaram os últimos anos do século XX, atestam o que foi identificado como tentativas fracassadas de outros sistemas.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.      (C) II e IV.      (E) IV e V.  
 (B) I e III.      (D) III e V.

**QUESTÃO 25**

Em recente viagem internacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Díli, capital do Timor Leste, antiga colônia portuguesa que, por vinte e cinco anos, foi dominada pela Indonésia. Um dos líderes da luta pela independência timorense, o bispo Carlos Ximenes Belo, chegou a ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Ante as imensas dificuldades para garantir a paz e a construção do novo país, a ONU mantém uma força de paz na região, à qual está integrado o contingente de 81 brasileiros. Com o auxílio dessas informações, julgue os itens seguintes.

- I Na luta pela independência, o Timor Leste teve de enfrentar milícias indonésias contrárias à perda desse território.
- II O caso do Timor Leste é um dos exemplos em que as Nações Unidas se viram na contingência de enviar soldados para garantir a paz em uma área conflagrada.
- III O Brasil é um dos países que se dispuseram a integrar a força de paz da ONU, os chamados **boinas azuis**, no Timor Leste.
- IV Sob a coordenação da ONU, o que se tenta fazer no Timor Leste é, acima de tudo, a construção de um novo e independente país, onde praticamente tudo está para ser feito/refeito.
- V Um dos maiores desafios a serem enfrentados no Timor Leste é o analfabetismo, estimado em 90% de uma população de 800 mil habitantes.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.      (C) 3.      (E) 5.  
 (B) 2.      (D) 4.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 26

Julgue os itens abaixo, relativos aos poderes administrativos e aos agentes públicos.

I Considere a situação hipotética a seguir.

Nélio, proprietário da fazenda Mundão de Areia, encontrava-se em dificuldades financeiras, de modo que decidiu vender aquelas terras. Após dois anos de infrutíferas tentativas de alienação, Nélio procurou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oferecendo sua propriedade para desapropriação, argumentando existirem conflitos agrários na região em que se localizava. Como o superintendente do INCRA era amigo de Nélio, a fazenda Mundão de Areia, com área total de 1.000 hectares, foi efetivamente desapropriada, embora apenas 200 hectares fossem constituídos de solo próprio para a produção agropecuária, sendo a área restante constituída de terreno arenoso, inservível, portanto, ao programa de reforma agrária.

Nessa situação, considerando que os agentes públicos não tenham exorbitado dos limites de sua competência, mas tenham, sim, praticado o ato de desapropriação por motivos diversos dos objetivados pela lei e exigidos pelo interesse público, então os agentes do INCRA agiram com excesso de poder.

II Considere a situação hipotética abaixo.

Exercitando regularmente o poder de polícia de que é investida, uma delegacia regional do trabalho impôs multa a determinada empresa que não estava concedendo aos seus empregados o intervalo mínimo para alimentação e descanso no curso da jornada de trabalho.

Nessa situação, caso houvesse resistência da empresa infratora em pagar a multa que lhe fora imposta, a própria administração promoveria a execução forçada para receber o valor devido, não sendo o caso de se valer da via judicial em face dos atributos da auto-executoriedade e da coercibilidade do exercício do poder de polícia. A empresa poderia, contudo, valer-se das formas de controle dos atos administrativos para efeito de obstar a execução.

III No exercício do poder discricionário, a atividade administrativa levada a cabo por um agente público não fica adstrita à competência, à forma e à finalidade do ato extraídas de disposições legais. Portanto, é por meio da discricionariedade do administrador que se viabiliza a gestão pública, haja vista a impossibilidade de as leis preverem todos os atos da rotina administrativa.

IV Todo agente público vincula-se ao Estado por meio de ato ou procedimento legal denominado investidura, sendo esta necessária para efeito do exercício de cargo efetivo de carreira, para o qual seja necessária prévia aprovação em concurso público, bem assim do exercício de cargo comissionado, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

V Caso o Distrito Federal (DF) suprimisse cargos públicos da estrutura de suas secretarias, não haveria ofensa aos direitos de seus titulares, haja vista os cargos pertencerem ao Estado, e não aos agentes que os exercem.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.                      (C) II e IV.                      (E) IV e V.  
(B) I e III.                      (D) III e V.

### QUESTÃO 27

Acerca dos atos administrativos e dos conceitos e princípios básicos de direito administrativo, assinale a opção correta.

- (A) No sistema jurídico brasileiro, a administração pública federal é pessoa jurídica de direito público interno, integrada por órgãos sem personalidade jurídica, como os ministérios e as secretarias de governo, e por entes dotados de personalidade jurídica autônoma, como as autarquias, de que são exemplos o INSS, o INCRA e o Banco Central do Brasil.
- (B) Caso um agente público praticasse ato perfeitamente legal, mas se concluísse, subseqüentemente, ser o referido ato inconveniente e inoportuno, então a administração deveria providenciar a sua anulação, já que do referido ato não se originariam direitos em favor de terceiros.
- (C) Considerando que um comerciante questionasse judicialmente o ato de interdição do seu estabelecimento por parte da vigilância sanitária, então, em face da materialização de limitação à liberdade do administrado, incumbiria à administração pública produzir as provas necessárias à demonstração da legitimidade do ato administrativo questionado, ainda que o administrado não lograsse produzir prova alguma no respectivo processo judicial.
- (D) A lei não exige que o administrador público articule motivação para destituir servidor ocupante de cargo comissionado. Todavia, se um administrador praticasse ato exoneratório apresentando como motivo o fato de ter sido praticada determinada falta pelo servidor, então a autoridade ficaria sujeita à comprovação de sua real existência, e havendo desconformidade entre o motivo determinante e a realidade, o ato seria inválido.
- (E) A desapropriação de bens de particulares por interesse público e a interdição de atividades praticadas pela administração pública são exemplos de atos de gestão.

**QUESTÃO 28**

A Constituição da República estabelece os direitos e as garantias fundamentais para a sociedade brasileira. Acerca desses direitos e garantias, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Considere a situação hipotética a seguir.
- Transitada em julgado a sentença que condenou Túlio a cinco anos de reclusão, o juízo prolator da condenação expediu o respectivo mandado de prisão, para efeito do início do cumprimento da pena imposta. Em diligência, os agentes incumbidos de executar o mandado localizaram a residência de Túlio à noite, tendo sido informados de que ele se encontrava em casa.
- Nessa situação, mesmo a constrição decorrendo de determinação judicial, os agentes públicos não poderão, à noite, penetrar na residência de Túlio, sem o seu consentimento, e efetuar a prisão ordenada.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.
- Em assembléia convocada pelo respectivo sindicato, os professores da rede pública de ensino do DF rejeitaram proposta de greve, decidindo, contudo, paralisar suas atividades na data designada para o início do período letivo, ocasião em que deverão permanecer concentrados em assembléia, reunidos em local aberto ao público.
- Na situação apresentada, o sindicato não precisará obter autorização do poder público para a realização da reunião.
- Ⓒ Considere a situação hipotética a seguir.
- Ao anunciar o roubo de um automóvel, fazendo uso de arma de fogo, Caio disparou contra a vítima quando esta tentou reagir. Em seguida, o meliante puxou para fora do automóvel a vítima já sem vida e fugiu do local fazendo uso do veículo, consumando a subtração. Na investigação, o veículo e o autor do delito foram localizados. Caio foi, então, denunciado pela prática de latrocínio — crime contra o patrimônio, consoante definição do Código Penal Brasileiro. Nessa situação, Caio não será processado e julgado pelo tribunal do júri.
- Ⓓ Caso uma trabalhadora rural fosse demitida sem justa causa, rescindindo-se relação laboral constituída há mais de cinco anos, então ela teria direito ao recebimento de aviso prévio, devido pelo empregador, e à percepção do seguro-desemprego pelo prazo definido em lei.
- Ⓔ Considere a situação hipotética abaixo.
- Determinado sindicato congregava todos os trabalhadores de estabelecimentos comerciais de determinado município do estado de São Paulo. Todavia, os trabalhadores de estabelecimentos do setor alimentício do comércio daquele mesmo município deliberaram criar um sindicato próprio que os representasse, desmembrando-se do sindicato que, originalmente, congregava todos os comerciários.
- Nessa situação, a criação do novo sindicato viola as regras constitucionais pertinentes, haja vista a criação, na mesma base territorial, de entidade sindical específica, por desmembramento de entidade genérica preexistente, caracterizar ofensa ao princípio da unicidade sindical.

**QUESTÃO 29**

Acerca da organização e da defesa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os entes federativos, na organização político-administrativa brasileira, são a União, o DF, os estados, os municípios e os territórios federais, todos investidos de autonomia federativa.
- Ⓑ Caso se pretendesse criar um novo estado e um novo território federal, a partir do desmembramento de áreas de estados da região Norte do Brasil, então, para a criação de ambos os entes, indistintamente, seria necessária a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- Ⓒ Sabendo-se que a Constituição da República atribui aos estados competência para instituir imposto que incida sobre a propriedade de veículos automotores, e aos municípios, competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, então o DF tem competência para instituir ambas as exações, observados os limites definidos em lei complementar federal.
- Ⓓ A Constituição da República atribui à polícia federal o exercício, com exclusividade, da função de polícia judiciária da União e das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. A par disso, a função de policiamento ostensivo é atribuída a todos os órgãos policiais previstos no texto constitucional.
- Ⓔ Os municípios têm competência para instituir polícias militares municipais, de modo que, instituindo-se tal órgão no âmbito de um município, restaria afastada a atribuição da polícia militar estadual respectiva sobre o território municipal.

**QUESTÃO 30**

Acerca das normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- Ⓐ O sistema recursal adotado no direito processual brasileiro não admite o julgamento de recursos de decisões de órgãos judiciais de primeiro grau senão por órgãos colegiados de segundo grau de jurisdição, integrados por julgadores efetivos do tribunal ou convocados para substituição.
- Ⓑ Considerando que um tribunal de justiça de um estado da Federação fosse integrado por trinta desembargadores, então, três deles teriam sido necessariamente escolhidos entre advogados com efetiva atividade profissional, tais que, não provindo da carreira da magistratura, só passariam a gozar da garantia da vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício do cargo.
- Ⓒ No âmbito de um tribunal regional federal que fosse integrado por dezoito juízes, nenhum julgador isoladamente ou órgão fracionário poderia pronunciar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo do poder público.
- Ⓓ Os chefes do Ministério Público da União e do Ministério Público do DF e Territórios são nomeados pelo presidente da República para mandato de dois anos, sendo permitida uma só recondução.
- Ⓔ Se um membro do Ministério Público deixasse de oferecer denúncia, em caso de crime adstrito a ação penal pública, ou não comparecesse a audiências para oitiva de testemunhas, ou deixasse de requerer a produção de provas, ou, ainda, de articular as alegações finais na ação penal, então o juiz poderia nomear advogado para a prática do ato ministerial omitido. Todavia, a condução da acusação seria prontamente reassumida, no estado em que se encontrasse, pelo órgão do Ministério Público quando este voltasse a exercer suas funções no processo.

**QUESTÃO 31**

Relativamente à administração pública no sistema jurídico brasileiro, julgue os itens a seguir.

- I Sabendo que a Constituição da República dispõe, em seu art. 37, inciso II, que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, então será considerada inconstitucional a lei que exigir a aprovação dos candidatos também em exame psicotécnico, para efeito do ingresso em determinada carreira do serviço público.
- II Considere a situação hipotética a seguir.
- Acionada em face da ocorrência de roubo em uma agência bancária, uma patrulha da PMDF encetou perseguição aos meliantes. Inapropriada, contudo, para a empreitada, a viatura veio a colidir com outros dois veículos, alheios à fuga.
- Nessa situação, os particulares prejudicados deverão ajuizar ação de reparação de danos contra a PMDF, pessoa jurídica à qual os agentes públicos causadores do dano estão vinculados, sendo assegurado ao ente público o direito de regresso contra os referidos agentes se restar caracterizado que estes se conduziram com dolo ou culpa.
- III Considere a seguinte situação hipotética.
- Tendo completado o tempo de serviço necessário, José, oficial da PMDF, requereu a sua transferência para a inatividade em fevereiro de 1999. Dois anos após, José foi aprovado em concurso público para o cargo de delegado de polícia federal, vindo a ser nomeado e empossado.
- Nessa situação, considerando o direito adquirido de José ao benefício decorrente de sua inatividade, ele poderá perceber, simultaneamente, os proventos de sua aposentadoria como policial militar e os vencimentos do cargo de delegado, observando-se, contudo, a impossibilidade de a soma dos proventos e dos vencimentos ultrapassar o valor da remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal.
- IV Ao policial militar em serviço ativo são proibidas a sindicalização, a greve e a filiação a partido político.
- V Considere a situação hipotética abaixo.
- João, soldado da PMDF, foi recolhido à prisão do quartel em decorrência de punição disciplinar. Cientificado do ato de constrição, Antônio, advogado de João em processo criminal, dirigiu-se ao quartel para entrevistar-se com o seu cliente, ocasião em que foi impedido de entrar nas dependências da PMDF pelo oficial que determinara a prisão de João.
- Nessa situação, será descabida a impetração de *habeas corpus* para salvaguardar o direito de ir e vir de Antônio, já que a própria Constituição da República define o não-cabimento dessa ação em relação a punições disciplinares militares.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.      (B) 2.      (C) 3.      (D) 4.      (E) 5.

**QUESTÃO 32**

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- (A) Após receber uma bofetada de Mévio, Tício foi até uma loja e adquiriu um revólver calibre 38 e seis projéteis, municiou a arma e retornou ao local da contenda à procura do desafeto, com a intenção de matá-lo, não mais o encontrando. Nessa situação, Tício responderá pelo crime de tentativa de homicídio.
- (B) Lino, de posse de um revólver calibre 38, agindo com vontade de matar, efetuou seis disparos na direção de Lúcio, que, atingido pelos projéteis, foi levado por terceiros imediatamente a um hospital onde foi salvo graças a uma intervenção cirúrgica. Nessa situação, Lino responderá por tentativa perfeita de homicídio.
- (C) Durante uma acalorada discussão, Paulo, dispo de seis projéteis intactos em seu revólver, efetuou um único disparo contra Pedro, ferindo-o na altura da perna, guardando em seguida a arma na cintura. Nessa situação, em face do arrependimento eficaz, Paulo responderá somente pelo crime de lesão corporal.
- (D) João, após ministrar veneno na alimentação de José, com a intenção de matá-lo, arrependeu-se da conduta, dando-lhe um antídoto. Malgrado a ingestão do antídoto, José veio a falecer em decorrência do veneno. Nessa situação, em face da desistência voluntária, João responderá apenas pelo crime de tentativa de homicídio.
- (E) Mário, pretendendo matar Murilo mediante propinação de veneno, adicionou açúcar à alimentação deste, supondo tratar-se de arsênio. Nessa situação, diante da intenção de matar, Mário responderá pelo crime de tentativa de homicídio.

**QUESTÃO 33**

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- Ⓐ Beta, presenciando seu genitor sofrer um infarto e diante do perigo de vida que corria, subtraiu o veículo automotor de um vizinho, para transportar o pai até o hospital mais próximo, já que não dispunha de meio de transporte ou de comunicação. Nessa situação, em face da configuração do estado de necessidade, que é causa de exclusão da culpabilidade, Beta ficará isento da pena prevista para o crime de furto.
- Ⓑ Paulo tomava cerveja em um bar quando, sem motivo aparente, foi covardemente agredido por Alfa com socos e pontapés. Após a agressão, Paulo dirigiu-se até sua residência e armou-se de uma faca do tipo peixeira, retornou ao local dos acontecimentos e desferiu um único golpe em seu agressor, lesionando-o. Nessa situação, diante da injusta agressão, Paulo agiu em legítima defesa.
- Ⓒ Júlio, passageiro de um navio transatlântico, causou dolosamente um incêndio na casa de máquinas. Após o navio estar totalmente tomado pelo fogo, Júlio, para salvar-se, matou um dos tripulantes que estava no único barco de salvamento. Nessa situação, por ter agido em estado de necessidade, Júlio não responderá pelo crime de homicídio.
- Ⓓ No interior de um hipermercado, Lima, odontólogo, ao presenciar Aldo subtrair um relógio do pulso de uma anciã, efetuou a prisão em flagrante do meliante, privando-o de sua liberdade em um dos compartimentos do estabelecimento comercial até a chegada da polícia. Nessa situação, por estar amparado pela excludente do exercício regular de direito, Lima não responderá por cárcere privado.
- Ⓔ Carlos, policial militar, a título de efetuar averiguações em indivíduo de má-fama, atirou pelas costas, matando-o, quando este, temeroso de uma possível detenção, se afastava com a intenção de correr. Nessa situação, por estar no estrito cumprimento de dever legal, Carlos não responderá pelo homicídio.

**QUESTÃO 34**

Júnior, delegado de polícia, determinou que o agente de polícia Brito, seu subordinado hierárquico, efetuasse a prisão para averiguações de Caio, suspeito pela prática de um crime de roubo com o emprego de arma. Executada a medida privativa de liberdade e encarcerado o suspeito, Júnior representou perante a autoridade judiciária acerca da decretação da prisão temporária de Caio, alegando imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial.

De acordo com a situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- I Júnior e Brito responderão pelo crime de abuso de autoridade.  
 II A falta de representação por parte de Caio não obstará que o Ministério Público promova a ação penal pelo crime de abuso de autoridade.  
 III A perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer função pública são, na hipótese de condenação pela prática de crime de abuso de autoridade, efeitos da sentença condenatória irreversíveis.  
 IV Caso Brito fosse policial militar e estivesse no exercício de função administrativa civil, responderia perante a justiça comum pelo delito de abuso de autoridade.  
 V Por ser subordinado de Júnior, o agente de polícia Brito estará amparado pela excludente de culpabilidade da obediência hierárquica.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 0.      Ⓑ 1.      Ⓒ 2.      Ⓓ 3.      Ⓔ 4.

**QUESTÃO 35**

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

- Ⓐ Cácio intitulando-se falsamente como funcionário de empresa telefônica e, com o expediente ardiloso de que era encarregado de vistoriar e consertar instalações, recebeu aparelhos telefônicos com a aquiescência dos proprietários e deles se apoderou. Nesse caso, Cácio praticou o crime de estelionato.
- Ⓑ Rudi, escrivão de polícia, retardou indevidamente, por negligência, o atendimento de uma requisição ministerial de instauração de inquérito policial endereçada ao delegado de polícia. Nesse caso, Rudi praticou o crime de prevaricação.
- Ⓒ Magno foi abordado em uma *blitz* por policiais militares do batalhão de trânsito, que solicitaram a apresentação da CNH e dos documentos do veículo. Em vez de obedecer a solicitação, Magno empreendeu fuga e não acatou a determinação de parar o veículo. Nesse caso, Magno praticou o crime de resistência.
- Ⓓ Xênia, movida por vingança, apresentou representação criminal contra Zélio, seu ex-namorado, imputando-lhe a prática do crime de estupro, que inexistiu, dando causa à instauração de inquérito policial. Nesse caso, se for comprovada a não-ocorrência da infração penal, Xênia terá praticado o crime de comunicação falsa de crime.
- Ⓔ Cláudio, agente de polícia, exigiu de Roberto, réu com prisão preventiva decretada, o pagamento da importância de R\$ 1.500,00 para deixar de cumprir o mandado de prisão. Nesse caso, Cláudio praticou o crime de corrupção passiva.

**QUESTÃO 36**

No interior de um batalhão de polícia militar, em situação de atividade, um capitão ofendeu a integridade física de um soldado, desferindo-lhe um soco na região labial.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplicar-se-á ao caso a Lei n.º 9.099/95, pelo fato de o Código Penal Militar cominar ao crime de lesão corporal leve pena máxima não-superior a um ano.
- Ⓑ O comandante-geral, a quem compete originariamente o exercício da polícia judiciária militar, poderá delegar a instauração do inquérito policial militar a qualquer oficial da ativa.
- Ⓒ O inquérito policial militar somente poderá ser iniciado de ofício.
- Ⓓ Tratando-se de crime de ação penal pública condicionada, o Ministério Público Militar somente poderá oferecer denúncia após representação por parte do ofendido ou por quem tiver qualidade para representá-lo.
- Ⓔ Se o Ministério Público Militar não intentar a ação penal no prazo legal, não requerer diligência ou pedir o arquivamento do inquérito policial, caberá a ação penal privada subsidiária da pública.

**QUESTÃO 37**

Acerca do processo penal militar, julgue os itens abaixo.

- I O processo inicia-se com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público Militar.
- II O processo efetiva-se com a citação do acusado.
- III O processo extingue-se com a prolação da sentença, julgando a pretensão punitiva do Estado deduzida em juízo.
- IV Se o julgamento da pretensão punitiva do Estado depender de decisão sobre alegação séria e fundamentada acerca do estado civil do acusado, o juiz colherá as provas inadiáveis e suspenderá o processo até que, no juízo cível, seja a questão dirimida por sentença transitada em julgado.
- V Na hipótese de incidente de insanidade mental instaurado, o processo será suspenso quanto à produção de prova em que seja indispensável a presença do acusado submetido a exame pericial.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.      Ⓑ 2.      Ⓒ 3.      Ⓓ 4.      Ⓔ 5.

**QUESTÃO 38**

Em relação ao inquérito policial militar, julgue os itens a seguir.

- I Considere a seguinte situação hipotética.  
Instaurou-se inquérito policial militar para apurar a autoria e ocorrência do crime de lesão corporal. Para comprovar a materialidade da infração penal, a autoridade policial militar determinou a realização do exame de lesões corporais, tendo os peritos oficiais efetuado o exame e respondido fundamentadamente os quesitos apresentados.  
Nesse caso, apesar de ter sido realizado na fase inquisitorial, o exame terá caráter instrutório, dispensando sua reprodução em juízo.
- II Considere a seguinte situação hipotética.  
Um capitão obteve delegação para a instauração de inquérito policial militar, objetivando apurar a ocorrência de um crime de furto e sua autoria. No curso do inquérito surgiram indícios veementes de que o autor da infração penal seria um major.  
Nesse caso, caberá à autoridade policial militar dar continuidade às diligências investigatórias e, após o encerramento do inquérito, enviá-lo à autoridade delegante para homologação da solução.
- III Considere a seguinte situação hipotética.  
O comandante-geral delegou a um tenente-coronel a instauração de inquérito policial, com a finalidade de apurar a prática de um crime de extorsão simples por parte de um subtenente. Encerrado o inquérito, a autoridade policial militar concluiu pela inexistência do crime, sugerindo o arquivamento.  
Nesse caso, discordando o comandante-geral da conclusão dada, poderá avocar o inquérito policial e dar solução diferente.
- IV Considere a seguinte situação hipotética.  
Por intermédio de uma missiva datada e assinada, um subtenente caluniou um tenente-coronel, imputando-lhe falsamente a autoria da apropriação indébita da importância de R\$ 10.000,00. A missiva foi distribuída na corporação pelo próprio subscritor.  
Nesse caso, o inquérito policial poderá ser dispensado pelo Ministério Público Militar para promoção da ação penal.
- V Considere a seguinte situação hipotética.  
O comandante-geral instaurou inquérito policial militar para apurar denúncia, veiculada em um jornal periódico, de que alguns soldados estariam recebendo vantagens indevidas para deixarem de efetuar o flagrante de pessoas portando ilegalmente armas de fogo. Encerrado o inquérito policial após inúmeras diligências e oitivas, chegou-se à conclusão da inexistência de crime.  
Nesse caso, a autoridade policial militar poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial militar.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.      Ⓒ I, IV e V.      Ⓔ II, III e V.
- Ⓑ I, III e IV.      Ⓓ II, III e IV.

**QUESTÃO 39**

Foi instaurado inquérito policial militar para apurar o crime de violência contra superior. A autoridade policial militar indiciou um segundo-sargento, que constituiu advogado. Alegando o sigilo do inquérito e a incomunicabilidade do indiciado, detido sem a existência de flagrante delito e prisão preventiva, a autoridade policial negou ao advogado acesso aos autos e entrevista ao seu cliente. Durante a fase inquisitorial, o defensor do indiciado não foi notificado previamente dos atos e diligências investigatórias realizados. Encerrado o inquérito policial, o seu encarregado concluiu que, além do crime, pelo mesmo fato o indiciado teria praticado transgressão disciplinar, sugerindo a instauração da ação penal e a aplicação de punição disciplinar.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- (A) O princípio constitucional da publicidade dos atos não é aplicável no inquérito policial militar, que é sigiloso, não podendo o advogado do indiciado ter acesso a ele.
- (B) A fim de impedir que o indiciado prejudique o desenvolvimento das investigações, a autoridade policial militar poderá mantê-lo incomunicável, mesmo de seu advogado, por três dias no máximo.
- (C) A notificação do defensor do indiciado para participar dos atos e diligências investigatórias era prescindível, eis que não é aplicável no inquérito policial militar o princípio constitucional do contraditório.
- (D) Por não ter sido preso em flagrante e não existir decreto de prisão preventiva, a segregação cautelar do indiciado determinada pelo encarregado do inquérito policial foi ilegal, mesmo que tenha sido comunicada à autoridade judiciária competente.
- (E) Na hipótese de ocorrer concurso de crime e transgressão disciplinar, mesmo quando forem da mesma natureza, aplicar-se-á a pena relativa à infração penal e a punição disciplinar referente à transgressão.

**QUESTÃO 40**

O comandante de uma Organização Policial Militar (OPM) do DF recebeu uma ocorrência disciplinar envolvendo um soldado que teria efetuado, por imprudência, um disparo com revólver da corporação.

Com base no Regulamento Disciplinar e a partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- I O comandante da OPM deverá dar solução à parte disciplinar no prazo máximo de oito dias corridos, não sendo possível a prorrogação em nenhuma hipótese.
- II A transgressão disciplinar poderá ser agravada se o disparo da arma tiver ocorrido durante a execução de serviço e em presença de público.
- III Somente o governador do DF ou comandante-geral da PM terão competência para classificar a transgressão e aplicar a punição disciplinar ao transgressor.
- IV Se a transgressão disciplinar for classificada como leve, o transgressor poderá ficar sujeito à punição de até dez dias de prisão.
- V A punição de prisão poderá ser anulada pelo governador do DF em qualquer tempo e em qualquer circunstância.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.                      (C) II e IV.                      (E) III e V.
- (B) I e IV.                      (D) II e V.

**QUESTÃO 41**

Julgue os itens abaixo, relativos ao Estatuto dos Policiais Militares.

- I Ao policial militar da ativa é permitido participar como sócio-cotista em sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada.
- II Havendo justificação da autoridade militar superior, a pena disciplinar de prisão poderá ultrapassar trinta dias.
- III Será submetido a Conselho de Disciplina o capitão PM presumivelmente incapaz de permanecer como policial militar da ativa.
- IV Será submetido a Conselho de Justificação o cabo PM com estabilidade assegurada, presumivelmente incapaz de permanecer como policial militar da ativa.
- V Ao comandante-geral da PM cabe, em última instância, julgar os recursos que forem interpostos nos processos oriundos de Conselho de Disciplina.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.                      (B) 2.                      (C) 3.                      (D) 4.                      (E) 5.

**QUESTÃO 42**

De acordo com o Manual de Policiamento Ostensivo, assinale a opção correta.

- (A) A lei obriga a autoridade policial e seus agentes a efetuarem a prisão de quem se encontre em flagrante delito. Nesse caso, um policial militar que presenciar uma pessoa praticando ou acabando de praticar um crime de homicídio, mesmo com imunidade diplomática, deverá efetuar a sua prisão em flagrante.
- (B) Considerando que a prisão de qualquer cidadão só poderá ocorrer mediante flagrante delito ou mandado judicial, o policial militar não poderá abordar pessoa portando embrulhos suspeitos e andando apressada a altas horas da noite.
- (C) Tomando conhecimento da existência de instrumentos de falsificação e objetos falsificados no interior de escritório comercial, o policial militar poderá, independentemente de mandado, efetuar a busca domiciliar e apreender o material.
- (D) Objetivando preservar o pudor público, o policial militar poderá deter garotas de programa que estejam praticando o *trottoir*, mesmo que estas estejam se comportando convenientemente.
- (E) O policial militar, ao tomar conhecimento de que em determinada residência está ocorrendo a venda de entorpecentes, poderá, mesmo sem o consentimento do morador, adentrar no seu interior e efetuar a prisão dos traficantes.

**QUESTÃO 43**

A respeito das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

- (A) A prescrição da ação penal poderá ocorrer entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível.
- (B) A prescrição da pretensão executória do Estado regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada para a infração penal militar.
- (C) No caso de um praça praticar os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material, as penas deverão ser unificadas para fins de prescrição.
- (D) O juiz-auditor deverá declarar a extinção da punibilidade ao tomar conhecimento, por meio de uma comunicação via ofício, da morte do autor de infração penal que se encontre respondendo a processo-crime.
- (E) A anistia, que é de competência exclusiva do presidente da República, extingue totalmente a punibilidade, cessando os efeitos penais e civis da sentença condenatória com trânsito em julgado.

**QUESTÃO 44**

No que tange à aplicação da lei penal militar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um praça foi denunciado pelo crime de perigo resultante de violação de regra de trânsito, por dirigir veículo oficial na contramão de uma avenida. Durante o curso do processo-crime, o regulamento de trânsito foi alterado, invertendo, no local do crime, a mão de direção.  
Nessa situação, ao ser julgada a pretensão punitiva, a alteração do regulamento de trânsito retirará do campo da ilicitude penal a conduta do praça.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um policial militar foi denunciado perante a justiça militar pela prática do crime de dano culposo. No transcorrer do processo, entrou em vigor nova lei, tipificando como crime somente o dano doloso, deixando de considerar criminosa aquela conduta.  
Nessa situação, caberá ao juiz-auditor declarar extinta a punibilidade e determinar o arquivamento dos autos.
- Ⓒ São leis excepcionais ou temporárias as normas do Código Penal Militar relativas aos crimes militares em tempo de guerra, por exemplo, crimes de traição, cobardia, espionagem etc.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um oficial foi processado pela prática do crime de usura pecuniária na vigência da lei X, que comina pena de detenção de seis meses a dois anos. Por ocasião do julgamento, passou a vigor a lei Y, regulando o mesmo fato delituoso e impondo a pena de reclusão de um a três anos.  
Nessa situação, se o oficial for condenado pela prática do crime, aplicar-se-á a lei Y.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um sargento praticou o crime de auto-acusação falsa sob a vigência da lei X, que permite a suspensão condicional da execução da pena (*sursis*). Processado, antes de ser proferida a sentença, entrou em vigor a lei Y, impedindo, no caso específico do réu, a suspensão condicional da execução da pena.  
Nessa situação, julgada procedente a pretensão punitiva do Estado, não poderá o juiz-auditor beneficiar o réu com o *sursis*.

**QUESTÃO 45**

Quanto às penas principais e acessórias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A pena de morte encontra-se abolida do ordenamento penal militar, mesmo na hipótese de guerra declarada por motivo de agressão estrangeira.
- Ⓑ As penas de reclusão e de detenção até dois anos, impostas em sentença condenatória transitada em julgado, resultam em perda automática do posto e da patente do oficial.
- Ⓒ O militar condenado pela justiça militar e que cumprir a pena privativa de liberdade em estabelecimento penal civil ficará sujeito aos benefícios e às concessões da legislação penal comum (Lei de Execuções Penais).
- Ⓓ O militar que respondeu processo-crime preso em razão de flagrante delito ou de decreto de prisão preventiva não poderá detrair o tempo desta segregação cautelar da pena a que for condenado definitivamente.
- Ⓔ O oficial militar condenado pela prática dos crimes de traição e cobardia, qualquer que seja a pena imposta, ficará sujeito à declaração automática de indignidade para o oficialato.